

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIA: OS CAMPONESES GAÚCHOS E A INDÚSTRIA DO FUMO

Virgínia Elisabeta Etges
Boletim Gaúcho de Geografia, 18: 23-26, maio, 1991.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/40173/26169>

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1991

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*

Virgínia Elisabeta Etges**

Buscamos, neste trabalho, a compreensão das contradições existentes no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, expressas basicamente na presença de relações de produção não tipicamente capitalistas, como é o caso das pequenas unidades da produção camponesas no sul do Brasil, mais especificamente da região fumicultora, onde o município de Santa Cruz do Sul se destaca.

A preocupação básica, portanto, é compreender como esta realidade específica, a dos camponeses (pequenos proprietários, parceiros, rendeiros e ocupantes) se insere, ou é inserida, no contexto maior dominado pelo capital monopolista, para que se entenda as diferentes formas de ordenação territorial existentes hoje.

Para apreender a realidade do momento é necessário pois que se recorra ao passado, ou seja, buscar os diversos momentos que sucessivamente deram origem ao concreto atual.

Para tanto é necessário analisar o processo de valorização deste produto no mercado, tanto nacional como internacional, bem como analisar o processo de ocupação daquela região pelos imigrantes alemães no século passado.

O modelo de colonização oficial praticado na região através da determinação de lotes de terra, num primeiro momento (1849) de 77 ha e num segundo momento (a partir de 1851) de 48 ha, destinados basicamente às famílias imigrantes alemãs, é que deu origem àquela estrutura fundiária baseada na pequena propriedade de terras explorada por mão-de-obra familiar.

* Este tema foi desenvolvido em dissertação de mestrado, apresentada em maio de 1990 no Departamento de Geografia - FFLCH - USP, sob a orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

** Professora do Departamento de Ciências Sociais - FISC - Mestre em Geografia Humana - Agrária pela USP.

Estes camponeses têm como preocupação principal a produção de sua subsistência, vendendo eventuais excedentes, além de produzirem produtos exclusivamente comerciais, como o fumo. Estas vendas, no entanto, não têm levado os produtos necessariamente à acumulação, embora o valor gerado possa ser expressivo, porque o mercado é dominado pelos grandes grupos econômicos, que, controlando oligopsonicamente a comercialização, absorvem parte significativa do valor gerado por estes produtores, via compressão de preços, apropriando-se assim da renda da terra produzida pelos camponeses.

Dessa forma, as relações de produção se caracterizam como não sendo especificamente capitalistas, mas a realização do valor de seus produtos se efetua no mercado, evidenciando assim, por esta mediação sua articulação com o capital monopolista. Isto porque a produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseadas no capital e no trabalho assalariado. Conforme Martins "quando o dinheiro, a riqueza, entra nesse último tipo de relações, já não estamos diante da produção capitalista, mas da reprodução capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista. Mesmo o crescimento deste capital não é produção, mas reprodução capitalista ampliada. Portanto, não só relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da propriedade familiar de tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra". (Martins, 1981: 170).

Neste sentido compartilhamos da interpretação que afirma que o camponato é uma classe social, que é criado e recriado na lógica contraditória do desenvolvimento capitalista; que é responsável pela acumulação primitiva que continua acontecendo e que sua sujeição ao capital se dá via sujeição da renda da terra, através dos baixos preços pagos aos seus produtos.

Os dados e informações com os quais trabalhamos são provenientes da convivência com os camponeses e de levantamentos que privilegiam tanto aspectos qualitativos como quantitativos. Neste sentido nos valem de uma amostragem estatística espacializada, num total de 367 entrevistas distribuídas entre os 8.141 estabelecimentos rurais no município de Santa Cruz do Sul durante o ciclo produtivo 85/86, incluindo fumicultores e não fumicultores e do preenchimento de "cadernetas" por produtores de fumo onde anotaram durante um ciclo produtivo as suas contas, os seus ganhos e gastos, tanto com produção de fumo como com os demais cultivos e atividades, com o objetivo de tentar saber qual a participação do item fumo na economia das propriedades, até que ponto é o fumo que viabiliza a continuidade do camponês no processo produtivo ou se o saldo positivo no fim da safra provém de outros produtos, como o leite, soja, suínos, etc.

Para que se compreenda a especificidade da organização territorial da região fumicultora é fundamental compreender a visão do mundo que os camponeses têm, conhecer o seu trabalho, seu dia a dia, seus hábitos, seus costumes. É muito comum entre eles, por exemplo, a expressão "aqui todo mundo se conhece", onde aqui designa um habitat, ao mesmo tempo um território, que faz coincidir o local de vida e de trabalho e combina a vida doméstica e a vida coletiva.

Esta especificidade também se manifesta na organização administrativa do território onde, no município de Santa Cruz do Sul, existem 11 distritos que têm sede nas vilas. Cada distrito é composto de certo número de localidades e estas por sua vez surgem a partir de um conjunto de unidades de produção camponesas (20 a 30 em média).

Com o resultado da amostra podemos dividir os entrevistados em três grupos: os que plantam fumo que somam 73%, os que deixaram de plantar que representam 17% e os que nunca plantaram fumo que soma 10%.

Este resultado é significativo na medida em que demonstra que nem todos os camponeses do município de Santa Cruz do Sul cultivam fumo, ou seja, nem todos os camponeses estão subjugados às empresas fumageiras. Ao contrário, demonstra que uma parcela destes camponeses (10%) nunca se submetem às empresas como produtores de sua matéria-prima e, mais importante ainda, que uma parcela mais significativa (17%) abandonaram a produção de fumo e voltaram a dedicar-se a atividades de subsistência, vendendo excedentes.

O processo de dependência ou sujeição dos produtores de fumo às empresas inicia-se em maio quando o instrutor visita os produtores e estes fazem seu pedido de financiamento de custeio da lavoura a ser obtido no banco com o aval da empresa. Estabelece-se então um pacto entre empresa e produtor onde esta se compromete a fornecer assistência técnica e os insumos necessários além da promessa de compra da produção e o produtor se compromete a "entregar" a produção àquela empresa.

Os que nunca plantaram fumo e os que deixaram de plantar (27%) revelam consciência da exploração à qual os produtores de fumo estão sujeitos, na medida em que justificam a sua opção tendo em vista os resultados monetários que a produção do fumo possibilita.

Assim também boa parte dos produtores de fumo — 41% — afirmaram que deixariam de plantar se houvesse crédito para outros produtos.

Observa-se, desta forma, que há uma monopolização do território por parte das empresas inviabilizando outros cultivos, na medida em que o único produto que tem crédito, mercado garantido e preço previamente fixado é o fumo.

Com relação às cadernetas ou às contas na unidade de produção camponesa é preciso ressaltar a dificuldade que se enfrenta ao querer aplicar a lógica da economia industrial a esta realidade. No entanto, o que se verificou foi que, apesar do fumo corresponder à parcela significativa dos ganhos ou entradas, o que garante a subsistência e a reprodução destes pequenos proprietários como produtores de fumo é o fato de cultivarem outros produtos cujos excedentes são comercializados (cereais, suínos, leite, etc.), além de produzirem praticamente tudo o que consomem como alimento.

Assim, contraditoriamente, o fato de ser camponês é que viabiliza a sua condição de produtor de fumo. É fundamental para as empresas que o

produtor de fumo produza a sua subsistência. Ao tornar-se fumicultor, contraditoriamente tem que continuar sendo camponês, ou seja, continuar produzindo alimentos.

O fato de ser produtor de fumo não representa a liquidação da sua condição de camponês. Ele tem uma remuneração baixa, via baixo preço pago pelo produto de seu trabalho, ou seja, ele não é remunerado nos níveis que o preço que o produto atinge no mercado permitiria, o que demonstra o processo de transferência de renda do produtor para as empresas.

Concluimos que, sem dúvida, o futuro dos camponeses da região fumicultora do sul do país está ligado a interesses nacionais, mas sobretudo a interesses que transcendem as fronteiras do país, ou seja, o seu futuro está subjugado aos interesses das grandes transnacionais do setor.

Acreditamos que só há um caminho para reverter este quadro: a organização destes produtores na defesa de um preço mais justo pela sua produção, enfim, por condições de vida mais dignas.

Esta organização vem se expressando de forma muito significativa, entre os fumicultores, através de greves — boicotes na entrega do fumo em épocas de safra — a primeira em janeiro de 1985 e a segunda em fevereiro/março de 1989. Outra evidência desta organização foi a criação do Sindicato dos Fumicultores em agosto de 1989.

Portanto, o caráter de classe social destes camponeses se evidencia a partir de todas as especificidades expostas ao longo do trabalho, na medida em que lutam e se organizam em defesa de seus interesses enquanto produtores de fumo, e mais, na medida em que, quando julgam inviável continuar produzindo fumo, simplesmente abandonam este cultivo, voltando-se novamente para a produção de subsistência, vendendo excedentes.

Bibliografia:

- CALABI, D. & INDOVINA, F. *Sobre o uso capitalista do território*. Arquivo di Studi Urbani e Regionali, s. 1. 4(2) 1973.
- GODINHO, E. et al. *Estudos de População 6 - Santa Cruz do Sul*. São Paulo, CEBRAP, 1980.
- MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- OLIVEIRA, A.U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo, Ática, 198
- PRADO JR. C. *Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista*. São Paulo, AGB/SP. 1979 (Seleção de Textos, 6).